

DOSSIÊ

DIREITOS REPRODUTIVOS E JORNALISMO:

o caso da Primavera das Mulheres brasileiras

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

LAÍS CRISTINE FERREIRA CARDOSO

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3954-9220>

HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3967-9084>

NATALY DE QUEIROZ LIMA

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6735-4845>

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1070>

RESUMO - Este artigo se propõe a refletir acerca de um dos terrenos mais áridos da discussão de gênero no jornalismo, os direitos reprodutivos. Mais especificamente, buscamos identificar os interditos à discussão sobre o aborto na mídia e as potencialidades do momento histórico, no qual novos movimentos reaquecem o debate sobre os direitos das mulheres. Para tal, articulamos o levantamento de dados, análise de conteúdo e um referencial teórico interseccional aos dois campos: as relações de gênero e o campo jornalístico, utilizando como base a cobertura da movimentação das mulheres brasileiras em novembro de 2015, conhecida como "Primavera das Mulheres", nas revistas *Época* e *IstoÉ*. A análise do material revelou uma cobertura ampla, não criminalizadora, mas circunscrita aos rituais discursivos tradicionais que se operam em/sobre temas considerados tabus e afastada do enquadramento da saúde pública.

Palavras-chave: Jornalismo. Relações de gênero. Direitos reprodutivos.

DERECHOS REPRODUCTIVOS Y PERIODISMO: el caso de la Primavera de las mujeres brasileñas

RESUMEN - Este artículo se propone a reflexionar sobre uno de los terrenos más áridos de la discusión de género en el periodismo, los derechos reproductivos. Más específicamente, buscamos identificar los interditos a la discusión sobre el aborto en los medios y las potencialidades del momento histórico, en el que nuevos movimientos calientan el debate sobre los derechos de las mujeres. Para tal, articulamos el levantamiento de datos, análisis de contenido y un referencial teórico interseccional a los dos campos, las relaciones de género y el campo periodístico, utilizando como base

la cobertura del movimiento de las mujeres brasileñas en noviembre de 2015, conocida como "Primavera de las Mujeres", en las revistas nacionales *Época* y *IstoÉ*. El análisis del material reveló una cobertura amplia, no criminalizadora, pero circunscrita a los rituales discursivos tradicionales que se operan en/sobre temas considerados tabúes y alejados del encuadramiento de la salud pública.

Palabras clave: Periodismo. Relaciones de género. Derechos reproductivos.

REPRODUCTIVE RIGHTS AND JOURNALISM: the case of Brazilian Women's Spring

ABSTRACT - This article aims at reflecting on one of the most arid grounds of the discussion regarding gender in journalism: reproductive rights. More specifically, we seek to identify what has been published about the discussion on abortion in the media and the potential of the historical moment, in which new movements rehear the debate on women's rights. To that end, we have collected data, analyzed content, and articulated intersectional theoretical references of the two fields: gender relations and the journalistic field, based on the coverage of the movement of Brazilian women in November 2015, known as "Women's Spring", in the national magazines *Época* and *IstoÉ*. The analysis of the material has revealed a wide coverage, not criminalizing, but restricted to the traditional discursive rituals that surround topics considered as taboo and which do not fit into a public health framing.

Key words: Journalism. Gender relations. Reproductive rights.

Introdução

A Pesquisa Nacional do Aborto 2016, realizada pela ANIS – Instituto de Bioética e pela Universidade Federal de Brasília, aponta que, apenas em 2015, mais de 500 mil mulheres realizaram aborto. Em um país com forte carga cultural cristã, onde a prática de abortamento só é legalmente permitida em caso de risco de morte da mulher, gravidez resultante de estupro comprovado e de gestação de fetos anencéfalos, há que se considerar a possível subnotificação dos casos e, conseqüentemente, o grave problema de saúde pública decorrente da sua invisibilidade. Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde, todos os anos, 1 milhão de brasileiras abortam na ilegalidade e de forma insegura. A cada dois dias, uma mulher morre em decorrência do abortamento clandestino.

Os dados anteriormente citados dão a dimensão da urgência do debate e, portanto, o tornam um assunto de interesse público. Nesse contexto, o jornalismo, enquanto campo discursivo mediador da constituição de sentidos na sociedade, se apresenta como instância política relevante para entender como as relações de poder

secularizadas se perpetuam ou são rompidas a partir dos discursos e símbolos articulados em suas edições. Por isso, o presente artigo busca analisar a relação entre o jornalismo e os direitos reprodutivos das mulheres, a partir da análise paradigmática da cobertura da “Primavera das Mulheres” por parte das revistas *Época* e *IstoÉ*, ambas de circulação nacional.

Em novembro 2015, milhares de mulheres ocuparam as ruas das principais capitais do Brasil em atos de protesto contra o Projeto de Lei (PL) nº 5069 de 2013, de autoria do então deputado federal Eduardo Cunha, o qual dificultava o acesso à profilaxia e ao aborto legal para mulheres vítimas de estupro. Tal PL é um retrocesso em direitos já conquistados, visto que obriga a comprovação da violência sexual, mediante apresentação de boletim de ocorrência e laudo do Instituto Médico Legal, para só então as mulheres violentadas receberem assistência médica e, por ventura, poderem optar pela realização da interrupção da gravidez. O projeto também prevê a punição do profissional de saúde que receitar a contracepção de emergência, conhecida como pílula do dia seguinte, e que informar às pacientes sobre as modalidades de abortamento legal previstas em lei - estupro, risco de morte da gestante e anencefalia.

O projeto ganhou repercussão nacional e provocou protestos contrários a sua aprovação, mobilizações estas que ganharam corpo e passaram a vocalizar reivindicações pela igualdade de gênero e luta por direitos, em um movimento conhecido como “Primavera das Mulheres”, em alusão à “Primavera Árabe”¹, tornando-se tema de reportagens, estampando capas de jornais e movimentando as redes sociais virtuais. As manifestações foram assim caracterizadas no editorial do jornal *El País*:

Em outras nações as mulheres lutam por salários iguais, por paridade nos conselhos de administração, por leis que permitam conciliar o trabalho com a vida familiar. No Brasil, também. Mas, além disso, brigam hoje, nesta primavera brasileira, para não retrocederem em suas conquistas e, sobretudo, pelo direito de poder ir à rua (num ônibus ou no metrô) sem que ninguém as assedie ou insulte ou lhes falte com o respeito: para que as meninas de hoje não sofram os mesmos maus-tratos que sofreram e sofrem suas avós, suas mães e irmãs mais velhas. (*El País*, 13 novembro 2015, s.p.).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, 135 casos de estupros foram registrados por dia no país. Dados do Ministério da Saúde demonstram que os casos de estupros coletivos no Brasil quase triplicaram em cinco anos, passando de

1.570 em 2011 a 3.526 em 2016. Vale salientar ainda a subnotificação destes casos. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), no mesmo ano, lançou uma radiografia da violência sexual no país, a partir das informações disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, e identificou que apenas 10% dos casos são registrados. Dos milhares de pessoas violentadas, 89% são mulheres e 70% das ocorrências envolviam crianças e adolescentes, das quais metade já havia sofrido algum abuso anterior². Diante da gravidade do tema, se faz necessário discutir o assunto de maneira ampla e plural, com participação dos veículos de comunicação, responsáveis por levar informações para um grande número de pessoas.

Jornalismo e relações de gênero: teias por tecer

Em sociedades plurais e desiguais como a brasileira, o jornalismo tem relevante papel político por ser um dos principais elos entre os diversos segmentos sociais, na medida em que destaca os temas mais relevantes da agenda pública, influenciando, sobremaneira, na manutenção de poderes vigentes ou no seu questionamento. É fato que o jornalismo é um campo simbólico permeado por uma série de atores e instituições, no qual existe uma intensa disputa de poderes, que se materializa por meio dos sentidos presentes nas abordagens jornalísticas dos diversos temas, também em embate, para entrar nas agendas midiática e pública.

Os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. (...) Os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração "lógica" é a condição da integração "moral". (Bourdieu, 1989, pp. 9-10)

Dessa maneira, os veículos de comunicação são peças fundamentais no engendramento da pauta do debate público, tendo parcela de responsabilidade na elevação de determinada questão às galerias da esfera pública. De acordo com Habermas (1997), esta pode ser entendida como "uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os

fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (Habermas, 1997, p. 92). Essa esfera faz parte da constituição das sociedades e é a dimensão na qual os assuntos públicos são abordados pelos atores públicos e privados. É nesse espaço que se constitui a opinião pública, sendo essa entendida como considerações de parte da população a respeito de questões relacionadas ao Estado, à sociedade e a outros temas de cunho público.

A opinião pública é, muitas vezes, revelada por meio de iniciativas privadas e, principalmente, pelos veículos de comunicação: estes são um ponto crucial no processo e desempenham tanto a função de alimentação da opinião pública, pautando suas discussões e determinando as questões mais relevantes, como a função de propagador dessa mesma opinião. Para Habermas (1984), a esfera pública passou a ser o lugar de conflito entre diferentes grupos de interesse que procuram a mídia para manipular a audiência, isto é, o público.

Diante da importância dos veículos de comunicação para a propagação de ideias e de sua influência na esfera pública, pode-se afirmar que a política editorial de um veículo de comunicação, suas estratégias de enunciação e a escolha de publicizar determinados discursos, fontes em detrimento de outros(as), impactam diretamente no discurso proferido pelo jornal sobre determinado tema e, conseqüentemente e mais importante, influenciam na maneira como este será recebido e interpretado pela opinião pública.

Vale salientar que, mesmo com o advento do ciberespaço, o qual ampliou as dimensões (e os desafios) da esfera pública tradicional, possibilitando que mais sujeitos fossem protagonistas das ações de enunciação, os veículos de comunicação continuam tendo forte influência na constituição do imaginário social e da opinião pública.

Dessa maneira, a inserção de determinada pauta na esfera pública deve ser observada não só a partir do que a mídia fala sobre determinado assunto, mas como ela fala, isto é, qual o enquadramento escolhido pelo veículo para abordar tal tema. Sendo assim, a forma como este será discutido na esfera pública está diretamente ligada à maneira como cada veículo de comunicação codifica tal acontecimento. Isso se dá em uma linguagem particular, definida a partir de um enquadramento organizacional específico proveniente de sua estrutura técnica, organização e o sentido do público a que se destina,

fazendo com que os discursos jornalísticos recebam características específicas dos veículos que os produzem. Isso ocorre porque, “além de estabelecer esta agenda do público, os meios de comunicação também teriam o poder de nos dizer como devemos pensar os temas existentes da mídia” (Colling, 2002, p. 114). O enquadramento dado às notícias, “o modo como são apresentadas e contextualizadas, e como certos termos, certas pregnâncias do real, são preferidos em detrimento de outros para descrever algo, tem um impacto decisivo na construção do seu significado” (Gradim, 2016, pp. 18-19).

Todd Gitlin define enquadramento como “padrões persistentes de cognição, interpretação, de seleção, ênfase, e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira” (Gitlin, 1980, p. 7). Ele pode ser entendido como padrões interpretativos construídos socialmente, por meio dos quais as pessoas dão sentido às situações e aos acontecimentos (Goffman, 1986). No caso da notícia, passa pelos enquadramentos dados pelos definidores primários do fato, depois pelos enquadramentos do jornalista, dos editores, até chegarem a publicação do produto final. “As próprias técnicas de construção da notícia – título, *lead*, pirâmide invertida -, todas pressupondo opinião e seleção, constituem dispositivos de enquadramento destinados a recortar a ‘notícia’ da amálgama informe de elementos que compõem o acontecimento” (Gradim, 2016, p. 25).

Ainda sobre a teoria do enquadramento ou *framing*, Anabela Gradim evidencia as ideias de Gaye Tuchman que, para trabalhar a noção de *framing*, parte da metáfora da janela: “Comparando as notícias com ‘uma janela para o mundo’, estas acabam delineando e enquadrando aquilo que focam, num processo que não é de todo transparente, embora permaneça, em geral, invisível” (Gradim, 2016, p. 47). Ela continua:

Notícias são histórias e narrativas que recortam do quotidiano aspectos (*sic*) aos quais é creditada “*newsworthiness*” e interesse público, e esse modo de organizar o acontecimento constitui a “*frame*” descrita na metáfora da janela. [...] Enquanto produto de instituições sociais que se relacionam elas próprias com outras instituições e são produto de uma cultura e rotinas profissionais bem estabelecidas, as notícias desenham inevitavelmente frames, pois é da sua natureza serem janela sobre o mundo (Gradim, 2016, pp. 47-48).

Ainda sobre o enquadramento, Bourdieu aponta que “os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas

coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que vêm. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (Bourdieu, 1997, p. 25). Ele aponta, ainda, o *frame* como “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê [...] e que são um produto da educação, da história, etc.” (Bourdieu, 1997, p. 25).

Vale ressaltar que todos os enquadramentos aplicados ao fato a ser noticiado estão imersos no jogo político entre os diversos atores sociais que atuam na opinião pública, sobretudo os aparelhos do Estado e a mídia. Os enquadramentos são, portanto, advindos de uma disputa para estabelecer a interpretação que irá prevalecer após a formação, desenvolvimento e resolução das controvérsias e opiniões políticas conflitantes (Porto, 2004).

Aliada ao enquadramento, isto é, a maneira como determinado assunto é abordado, a ausência de determinado tema no discurso midiático também revela uma escolha política do veículo de comunicação. Isso impacta diretamente na disseminação de informações acerca de determinado tema, tendo em vista que, ao não pautar determinada questão ou ao abordá-la de maneira superficial, evidenciando apenas um lado do fato, os meios de comunicação acabam por contribuir para uma não discussão ou para uma interpretação equivocada do tema na esfera pública.

Como já se registrou, um assunto que costumeiramente é silenciado ou abordado de maneira tendenciosa, não plural, diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. Na maioria dos casos, são abordados de forma superficial e sob a ótica religiosa, como afirmam Débora Diniz e Ana Paula Damasceno em relação ao aborto:

[...] de forma geral, o tema é desviado do campo da saúde e dos direitos reprodutivos das mulheres e passa a ser considerado uma questão religiosa e/ou político-partidária. [...] os formadores de opinião, representados, nesse caso, pelos profissionais da mídia impressa no Brasil, estão mais preocupados em situar o debate sobre o aborto no terreno da moralidade religiosa e da política nacional do que em analisá-lo como um tema de saúde pública (Diniz & Damasceno, 2001, p. 1).

A interrupção da gravidez é, na maioria dos casos, abordada sob a capa da ilegalidade e conseqüente criminalização das mulheres que a praticam, dificultando o debate público acerca do tema, haja vista que a construção do conhecimento público é mediada pela mídia, e essa é, portanto, ferramenta atuante na formação da opinião pública.

Esse controle dos discursos por parte dos jornais em relação à temática do aborto se classifica naquilo que Michel Foucault (2003) chama de sistema de exclusão. Segundo ele, há três tipos de interdição: 1) o tabu do objeto que diz respeito, basicamente, a sexualidade e a política; 2) ritual da circunstância, onde determinados temas só devem ser proferidos em circunstâncias específicas; e 3) o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: uma ligação estabelecida sobre as fontes mais “confiáveis” para abordar determinados assuntos, centralizando vozes e unificando discursos. Falar de discurso é abordar as relações de poder de uma determinada sociedade, bem como do cotidiano que mantém normas e valores:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2003, pp. 8-9).

Uma outra pauta costumeiramente criminalizada pelos veículos de comunicação diz respeito aos movimentos sociais e protestos de rua. Ao realizarem coberturas sobre movimentos sociais em geral, os veículos de comunicação tradicionais, com raras exceções, procedem de forma superficial e sob a ótica da criminalização, o que tende a forçar a opinião pública a ser contrária a tais movimentos. Para o pesquisador Leopoldo Volanin (2007), os movimentos sociais no Brasil sempre foram alvo de críticas pela grande mídia. “Os meios de comunicação de massa, sob o domínio das classes dominantes, transmitem com sua força de opressão ideológica à sociedade, que as organizações sociais são movimentos que desagregam o sistema social, político e econômico do país” (Volanin, 2007, p. 2).

Ainda segundo Volanin, os meios de comunicação dificilmente concederão espaço para a expressão ou a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo, tendo em vista que atuam de acordo com a lógica do mercado e visam ao lucro. Dessa maneira, as elites políticas e econômicas utilizam os meios de comunicação para difundir sua ideologia na tentativa de disseminá-la como conjunto de ideias consensuais para todos os indivíduos.

Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social (Volanin, 2007, p. 14).

Entretanto, a “Primavera das Mulheres”, objeto de estudo desse artigo, foi pautada por alguns veículos da mídia, ganhando destaque nas revistas *Época* e *IstoÉ*. Todavia, aparecer na pauta midiática por si só não é garantia de um discurso plural e de disseminação e empoderamento desses movimentos, em um contexto no qual publicize suas ideias e torne compreensíveis seus desejos.

É importante ainda reiterar que o ato analisado estava na intersecção de uma ação associada ao movimento feminista ou, pelo menos ao feminismo, enquanto linha de pensamento político que reivindica uma ruptura radical com as lógicas de opressão que inferiorizam as mulheres em relação aos homens e de crítica à normatividade hegemônica das instituições e aparato legal, estes que justificam e mantêm tais relações desiguais de poder. Dessa maneira, se faz necessário analisar como essas duas revistas abordaram as questões elencadas pelo movimento. Houve criminalização da manifestação? Os veículos abordaram as reivindicações de maneira a contribuir para o debate público sobre a temática de gênero, em especial sobre os direitos reprodutivos das mulheres?

Uma análise da Primavera das Mulheres

A escolha das revistas *Época* e *IstoÉ* como objetos de estudo deste artigo justifica-se pelo fato de serem os únicos veículos de comunicação semanais que trouxeram as manifestações como tema de capa e, portanto, o principal assunto a ser abordado naquelas edições. Ademais, por serem de periodicidade semanal, há mais tempo para a apuração e elaboração dos textos, o que pode contribuir para a produção de material mais completo. No que concerne à escolha de veículo impresso, esta se ancora na possibilidade de trabalhar com a materialidade discursiva nas páginas das revistas, o que facilita a análise de conteúdo das matérias, um dos aportes metodológicos deste trabalho.

O recorte pragmático de análise deste artigo tem como *corpus* as matérias sobre a “Primavera das Mulheres” veiculadas pelas

revistas *Época*, na edição nº 909, e *IstoÉ*, na edição de número 2.397. A primeira revista, de periodicidade semanal, é de propriedade da Editora Globo, integrante do Grupo Globo, e possui uma circulação média de aproximadamente 390 mil exemplares. Tem como descrição em sua página da rede social Facebook³ “ÉPOCA - conteúdo que transforma” e em seu perfil no Itunes⁴ se descreve como uma revista que “te informa, te ajuda a entender e abre espaço para você opinar sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo. Semanalmente você receberá nesse aplicativo uma edição da revista que fiscaliza o poder e conta a história por trás dos fatos sem fugir da polêmica”⁵.

O semanário *IstoÉ* é publicado pela Editora Três, com uma circulação média de 322 mil exemplares, segundo dados da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER)⁶. Em sua página no Facebook, é descrita como “a mais combativa revista semanal do Brasil”⁷, e no site da editora é classificada como “um dos veículos mais influentes do País”⁸.

Para explorar o *corpus*, este estudo terá como aporte metodológico a análise de conteúdo das coberturas jornalísticas acerca das manifestações das mulheres, publicadas nas revistas acima descritas. O método da pesquisa se vale da sua aplicação e da possibilidade de estabelecer uma leitura qualitativa do material jornalístico.

Amplamente empregada nos vários ramos das ciências sociais empíricas, a análise de conteúdo revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística. Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramento e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações para identificar elementos típicos, exemplos representativos de discrepâncias e para comparar o produto jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (Herscovitz, 2010, p. 123).

A análise do material será elaborada a partir das seguintes categorias: (a) fontes e personagens entrevistadas; (b) apresentação na matéria das motivações apresentadas para os atos; (c) a presença ou não dos temas da violência sexual e do aborto, bem como a disposição dessas temáticas nas matérias; (d) se houve criminalização, por parte dos veículos analisados, da temática do aborto; (e) destaque das manifestações nas edições analisadas.

Ao explorar o *corpus*, é possível observar que a temática da “Primavera das Mulheres” ganhou destaque nas duas revistas, sendo matéria de capa dos semanários e ocupando várias páginas

das publicações: um dossiê temático de 17 páginas, na *Época*, e uma reportagem de seis páginas, na *IstoÉ*. A temática também foi destaque no editorial da revista da Editora Globo. Assim, é possível traçar dois perfis de cobertura sobre as manifestações, os quais iremos abordar a seguir: uma cobertura inteiramente em terceira pessoa, com a presença de diversas personagens, na qual a figura da jornalista se apresenta como mediadora do discurso, cuja função é contar as histórias e dar voz às personagens; e a outra uma cobertura mista, onde é possível perceber constantes deslocamentos da figura das jornalistas, que ora atuam como mediadoras, relatando os fatos em terceira pessoa, ora se posicionam como personagens, relatando suas próprias experiências.

A revista *IstoÉ* abordou a temática dos direitos das mulheres sob a luz de falas de especialistas e de integrantes do movimento social. O texto aborda, de maneira direta, a principal motivação das manifestações e, em alguns trechos, discute suas implicações práticas na vida das mulheres. A narrativa, escrita pelas repórteres Camila Brandalise e Fabíola Perez, também agrega outras pautas de luta do movimento de mulheres, em especial a feminista. Assim, tem como mote a manifestação da avenida Paulista⁹, que protesta, inicialmente, contra o projeto de lei de Eduardo Cunha, e expande a discussão para um âmbito maior de luta pelos direitos civis.

Foi um movimento político, dirigido ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e seu infame projeto de lei que limita o acesso da mulher estuprada ao aborto – hoje garantido por lei – e a obriga a passar por uma delegacia. Mas o ato, que também aconteceu em outros estados do País e teve manifestantes de todas as idades, contemplava mais. Elas falaram sobre assédio sexual, racismo, intolerância, machismo (Brandalise & Perez, 2016, p. 44).

A “Primavera das Mulheres” brasileira é apresentada como um exemplo de luta dentro de um contexto de manifestações históricas sob o mesmo escopo: luta por direitos civis para as mulheres. Sob a forma de infográfico, a matéria apresenta uma linha do tempo de “ações que mudaram mentalidades, leis e até governos na luta por direitos e justiça” (Brandalise & Perez, 2016, p. 44). Assim, a manifestação de 2015 é narrada como um nó nessa rede de protestos¹⁰, conferindo-lhe importância política e histórica.

Além do infográfico, outros recursos auxiliam na elaboração da narrativa, a exemplo da ilustração que abre a reportagem: frases entoadas pelas mulheres durante a manifestação e que apontam o

motivo dos protestos ganharam destaque em balões de fala, que remetem a voz das participantes. Juntamente com o desenho da mulher trabalhadora, usando um lenço na cabeça, arregaçando as mangas, mostrando um musculoso bíceps que, associado à frase *We can do it!*, tornou-se símbolo do movimento feminista nos anos 1980, e faz menção ao fato de que mulheres podem realizar atividades tradicionalmente convencionadas aos homens, desconstruindo a ideia de mulher como sexo frágil. Vale destacar que a ilustração da revista substituiu a mulher branca do cartaz original por uma mulher negra, o que faz uma menção ao protagonismo das mulheres negras na luta por direitos, citado na matéria.

A começar pela ilustração, é possível perceber o protagonismo feminino, que se reflete na presença de mulheres como únicas fontes e personagens da matéria. O texto é embasado em posicionamentos de especialistas nas questões relacionadas aos direitos das mulheres, incluindo historiadoras, professoras universitárias, representante do Ministério Público e profissionais e estudantes que trabalham ou que estão envolvidas em organizações sociais feministas, e traz personagens importantes na luta pelos direitos femininos, tais como Judith Butler, Maria da Penha, Chimamanda Ngozi Adichie e Malala Yousafzai. Apesar do espaço dado a voz feminina, vale destacar a ausência de falas de mulheres participantes das manifestações que não são ligadas a nenhuma organização feminista e não são especialistas nas questões de gênero.

No que concerne aos temas violência sexual e aborto, é possível observar a apresentação dessas temáticas de maneira não criminalizadora. A interrupção da gravidez aparece em destaque em uma foto de protesto no Recife e é abordada na narrativa sob o gancho do PL 5069/2013, juntamente com a questão da violência sexual. Entretanto, o texto não aborda outras questões relacionadas à essa questão, como a insegurança e os altos números de estupros, nem a legalização do aborto sem ser em casos de violência, isto é, interrupção da gravidez como um direito de escolha da mulher.

No dia 21 de outubro, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados o PL 5069/2013, de autoria do presidente da casa, Eduardo Cunha, que dificulta o caminho da vítima de violência sexual que procura o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). “É a normatização do tratamento desumanizado e discriminatório contra a mulher”, diz Sílvia Chakian de Toledo Santos, coordenadora do Grupo Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público de São Paulo. O projeto, explica, exige que a mulher faça exame de corpo de delito para que seja

comprovado que ela foi vítima de violência sexual e, com isso, tenha acesso ao medicamento. “Quem trabalha na área sabe que nem todas as violências deixam vestígios que possam ser comprovados com laudos”, diz Silvia. Além disso, o documento cria uma condicionante pela qual, para ter acesso ao sistema de saúde, a mulher deve acionar o sistema da Justiça Criminal antes. “É inaceitável já que nem toda mulher suporta a dor de denunciar seu agressor. Muitos abusos ocorrem dentro de casa e o ônus do processo criminal seria um fardo” [...]. O PL segue agora para votação no Plenário da Câmara, mas não sem protestos. (Brandalise & Perez, 2016, p. 45)

Em uma visão geral, é possível classificar a abordagem da revista como positiva quanto à importância dos direitos civis das mulheres e da igualdade de gênero. A narrativa é construída sob posicionamentos de mulheres da sociedade, incluindo a temática de raça.

No tocante a reportagem da revista *Época*, que retratou o assunto em seu editorial, é possível perceber uma abordagem acerca do movimento de luta pelos direitos das mulheres. O dossiê publicado pela revista é formado por uma reportagem central, escrita pelas jornalistas Cristina Grillo, Grazielle Oliveira e Marcela Buscato, e por “três artigos de jornalistas de destaque da Editora Globo” (Lima, 2015, p. 20).

A matéria principal¹¹, intitulada “A Primavera das Mulheres”, tem como mote o movimento de mulheres que luta por direitos, igualdade de gênero e uma sociedade mais justa e segura para as mulheres. Os protestos de rua contra o PL proposto por Eduardo Cunha são apresentados como um ponto desse movimento, descrito na matéria como “movimento político mais importante na atualidade” (Grillo, Oliveira & Buscato, 2016, p. 66).

A narrativa é elaborada a partir de depoimentos de ativistas do movimento; especialistas sobre direitos das mulheres, como antropólogas e historiadoras; fatos para embasar as falas, como por exemplo: mensagens de teor sexual dirigidas a uma participante de um *reality show* de culinária, de apenas 12 anos, fato também citado na reportagem da *IstoÉ*; além de falas de mulheres que criaram coletivos para levar informações sobre feminismo. As personagens e fontes são exclusivamente mulheres, e algumas também aparecem na matéria da revista *IstoÉ*: a historiadora Margareth Rago, a jornalista Juliana Faria, criadora do site *Think Olga*, e a atriz Taís Araújo, vítima de racismo nas redes sociais.

Além do texto principal, outros três artigos compõem o dossiê, sendo dois deles destinados a abordar as temáticas do aborto e do assédio sofrido pelas mulheres, uma das categorias de análise deste

trabalho. No artigo “Meu primeiro assédio”, a jornalista Marina Caruso descreve situação de violência sexual que sofreu na adolescência, demonstrando que os assédios às mulheres podem acontecer em qualquer lugar, inclusive no ambiente escolar. Entretanto, apesar do relato que demonstra a realidade de várias brasileiras, quando o agressor é alguém próximo a vítima, o juízo de valor da repórter, ali em posição de articulista, se infere de forma correlata ao senso comum em relação ao assédio em forma de cantada, fato que é considerado por muitas mulheres como constrangedor.

Diferentemente das minhas amigas, não me incomodava com fiu-fius. Pelo contrário, gostava deles e quando podia [...] fazia de tudo para provocá-los com as roupas justas do balê. Parece estranho contar isso hoje, quando parte das mulheres trata até galanteios educados como se fossem assédio (Caruso, 2015, p. 78).

Uma das características das verdades herdadas culturalmente (normas, valores, etc.) parece ser seu aparecimento mesmo quando se quer negá-las. Assim como nos direitos sexuais, “a noção de Direitos Reprodutivos rompe com a perspectiva do determinismo biológico, insere a liberdade de escolha reprodutiva dentro de um contexto mais amplo de exercício da cidadania” (Ávila, 1993, p. 16).

Os discursos aparecem não apenas como sistemas lógicos de produção e ressignificação do simbólico, mas nos indicam, como destaca Foucault, que “vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ao ‘compasso da verdade’ – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos” (Foucault, 2009, p. 231).

É válido considerar um dado quantitativo significativo: a Revista *Época*, em sua matéria principal, se refere uma única vez ao deputado Eduardo Cunha, deslocando a crítica para algo maior, a cultura sexista, e direcionando sua abordagem para o empoderamento feminino e sua capacidade de organização política. Ao fazê-lo dessa forma, superficializando a crítica ao deputado, opera uma espécie de deslocamento temático que, mesmo diante da quantidade de páginas dedicadas ao tema, superficializa sua abordagem no que é mais central, os direitos reprodutivos e o avanço conservador nas pautas políticas deste setor.

O artigo intitulado “O triunfo da informação – ainda que tardia”, da jornalista Cristina Segatto, é um dos poucos momentos do especial que aborda direta e profundamente a questão do aborto,

cujo mote é o projeto de lei do deputado Eduardo Cunha, motivação que levou milhares de mulheres às ruas em 2015. Ao longo da narrativa, a repórter especial de *Época* traz dados e questões que discutem a legalização da interrupção da gravidez e seu impacto na vida das mulheres.

A razão da taxa de aborto cair com a legalização é simples. Com ou sem lei, as mulheres interrompem gestações indesejadas. Quando o aborto é legalizado, a facilidade de acesso aos serviços de saúde permite que as pacientes sejam educadas corretamente sobre os métodos contraceptivos e recebam esses recursos gratuitamente. É o que faz a diferença (Segatto, 2015, p. 76).

A não criminalização da interrupção da gravidez também foi abordada no editorial da revista, intitulado “As mulheres contra o que é cruel e desumano”. Assinado pelo diretor de redação João Gabriel de Lima, o texto elenca alguns avanços conquistados pelas mulheres em função do feminismo e aborda, de maneira direta, o aborto.

O Brasil é um país que se recusa a encarar a interrupção da gravidez como um tema de saúde pública, como ocorre em nações mais desenvolvidas. O Brasil é também um país onde uma mulher morre a cada dois dias vítima de aborto em más condições. Tal projeto pode agravar ainda mais essa situação (Lima, 2015, p. 20).

Apesar de serem elaboradas por meios de comunicação diferentes, as narrativas aqui analisadas convergem no tocante à abordagem que engloba várias questões relacionadas aos direitos das mulheres e à crescente mobilização nas redes sociais. Ambas fizeram menção, já em seus subtítulos, do avanço das lutas feministas também no ambiente virtual: “A voz feminina se impõe nas ruas e nas redes sociais e se torna protagonista na luta pelos direitos civis, pelo fim do assédio, da intolerância e até pela cassação do deputado Eduardo Cunha” (Brandalise & Perez, 2016, p. 41) e “As mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país” (*Época*, 2016, Capa).

O movimento de mulheres tem utilizado as mídias digitais como plataforma de proliferação de suas lutas, funcionando, também, como estratégias de quebrar o bloqueio recebido pelas pautas feministas nos veículos de comunicação tradicionais, na maioria dos casos. “Sem dúvida, na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente” (Vieira, 2012, p. 13).

A força do movimento em si foi consequência do poder aglutinador das mídias sociais, no entanto, é preciso cautela ao

abordá-las para se evitar os fetichismos instrumentais dos *medias* ou abordagens deterministas. Esse é um cuidado necessário não apenas aos acadêmicos, mas aos jornalistas, considerando seu papel ético da produção de sentidos socialmente partilhados. O próprio contexto da discussão é paradoxal: em um momento em que as mulheres têm maior poder de fala, propiciado pelas tecnologias e estão mais empoderadas, esses sujeitos políticos precisam ir às ruas para reivindicar que não sejam operados retrocessos legais, os quais remetem a um tempo em que as mulheres não eram sequer consideradas sujeitos políticos. O ritual da circunstância (Foucault, 2003) do debate sobre direitos reprodutivos também foi notório, afinal, a discussão ficou circunscrita a essas edições, apesar da continuidade dos atos de rua em diversas capitais e da tramitação do polêmico PL na Câmara.

Algumas conclusões e outros incentivos à comunidade do debate

O feminismo, enquanto ação política e pensamento crítico, visa a igualdade de gênero e a retirada das mulheres da condição de sujeição ao domínio masculino patriarcal. Entre outras bandeiras, está a democratização da vida cotidiana, a ampliação dos lugares de interlocução na esfera pública e o reconhecimento do lugar das mulheres na história (Veloso, 2011).

Desde sua efervescência nos anos de 1970 e 1980, o movimento foi agente propulsor de algumas ações que transformaram a sociedade, na tentativa de inscrever as mulheres como sujeito político de sua própria história. Esse legado feminista vem sendo retomado pela mobilização de mulheres nas ruas que retomam pautas da década de setenta, tais como meu corpo, minhas regras, entre outros jargões.

Essa mobilização feminina, a exemplo da Marcha das Vadias, que acontece todos os anos, desde 2011, em várias cidades brasileiras e em outros países, demonstra a insatisfação social com a violência de gênero, com a ausência de autonomia feminina e com o desrespeito aos direitos humanos das mulheres. O sentimento de luta por direitos não está mais restrito ao movimento feminista, mas se disseminou por uma geração de mulheres que vão às ruas, com vozes e corpos como instrumento de luta política.

Diante do crescimento dessas manifestações e da pressão

popular, face ao contexto de retrocessos sociais no campo dos direitos humanos, as mobilizações de mulheres passaram a exercer pressão cada vez maior na esfera pública, deixando de serem vistas como ações pontuais e adquirindo o *status* de luta por direitos. Em consonância com esse crescimento, passaram a figurar como pauta nos veículos de comunicação.

No que concerne ao objeto desse estudo, a Primavera das Mulheres, enquanto mobilização massiva em várias cidades, ganhou espaço nas revistas *Época* e *IstoÉ*, aqui analisadas. Entretanto, vale ressaltar que isso se deu a partir da pressão exercida pelas manifestações nos grandes centros urbanos, as quais aconteceram concomitantemente, em especial no eixo sul-sudeste. A mobilização nas mídias sociais digitais foi intensa e não havia como não se inserir na pauta dos veículos de abrangência nacional, como o caso dos periódicos estudados.

Após análise do *corpus*, é possível perceber que a cobertura realizada pelos semanários aqui estudados retratou a “Primavera das Mulheres” de maneira positiva, elencando o crescimento do movimento organizado de mulheres/feminista e algumas bandeiras de reivindicação das manifestantes. Apesar dos estilos diferentes de cobertura, já citados nesse estudo, é possível traçar um perfil da abordagem realizada pelos periódicos: fontes compostas por mulheres que participam do movimento feminista, em sua maioria brancas e de classe média, além de pesquisadoras e especialistas. Entretanto, as mulheres que não atuam diretamente no movimento, mas que ainda sim estiveram nas manifestações, não são representadas nas matérias. Volta-se às mesmas regras que operam os sistemas discursivos de poder, elencadas por Foucault (2003), e assim, o protagonismo feminino também é segmentado.

Quanto à temática da interrupção da gravidez, esta perpassa as matérias, entretanto, só é caracterizada como reivindicada por manifestantes, questão de saúde pública, de maneira explícita, no editorial da revista *Época*. Assim, o(a) leitor(a) que se interessa pelo semanário apenas no intuito de ler a matéria e, conseqüentemente, não se atenta a ler o editorial, se deparará com um texto não criminalizador sobre as mulheres que provocam o abortamento, porém sem caracterizá-lo em uma perspectiva de saúde pública.

Ao compararmos a cobertura dos dois periódicos, é possível perceber certa diferença no tocante ao aprofundamento do tema: a revista *Época* realizou cobertura mais superficial, quando comparada

à cobertura da *IstoÉ*. Apesar de contar com um número maior de páginas, ter mais articulistas e um formato mais diversificado, com a presença de artigos de opinião, o periódico abordou a temática, em grande parte, sobre um viés das próprias jornalistas. Mesmo com a presença das fontes, cuja maioria são as mesmas utilizadas na revista *IstoÉ*, estas são retratadas de maneira superficial, ocasionando a não vocalização dos discursos das mulheres das ruas. Isso pode ser percebido, inclusive, a partir das imagens que ilustram as matérias: na revista da editora Globo, as fotos são produzidas em estúdio, com as personagens de braços cruzados, deslocadas de seu ambiente de luta. Já na revista *IstoÉ*, há imagens das mulheres nos protestos, o que confere legitimidade às participantes do movimento.

É de suma importância que veículos de comunicação abordem os movimentos sociais, em especial suas reivindicações, de maneira a contribuir com o debate público acerca dos temas. No caso específico da “Primavera das Mulheres”, as revistas aqui analisadas contribuíram para a discussão da temática de igualdade de gênero e respeito às mulheres, entretanto, ainda são nítidas as amarras culturais que cerceiam o debate amplo e profícuo sobre o tema do aborto, sendo igualmente necessário que se faça de maneira contínua e não pontual.

É imprescindível considerar como a temática do abortamento foi tratada de forma superficial, acusatória, criminalizadora e estereotipada durante o segundo turno das últimas eleições presidenciais no Brasil, na qual havia uma candidata mulher. Assim, essa narrativa vai de encontro ao discurso da/sobre a “Primavera das Mulheres”, o qual lança luzes para dar força à luta pela igualdade entre os gêneros e a necessidade do combate a todas as formas de opressão das mulheres. É preciso que os meios de comunicação atuem de maneira contínua na defesa das questões sociais, pautando-as de maneira plural e construtiva para o debate público.

NOTAS

- 1 Onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte da África, entre o fim de 2010 e em 2011, em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições de vida.
- 2 Dados disponíveis em: www.agenciapatriciagalvao.org.br/

- dossie/pesquisas/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude-ipea-2014/. Acesso em: 16 maio 2016, às 22h12.
- 3 Disponível em: www.facebook.com/epoca/info/?tab=page_info. Acesso em: 22 maio 2016
 - 4 Programa desenvolvido pela Apple, que possibilita aos usuários do sistema operacional IOS reproduzir áudio e vídeo e comprar arquivos de mídia digital no formato gestão de gestor de direitos digitais FairPlay.
 - 5 Disponível em: <https://itunes.apple.com/br/app/revista-epoca/id417238547?mt=8>. Acesso em: 22 maio 2016
 - 6 Últimos dados divulgados pela Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), e são referentes ao período de janeiro a setembro de 2014. Disponível em: <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>. Acesso em: 22 maio 2016.
 - 7 Disponível em: www.facebook.com/revistaISTOE/info/?tab=page_info. Acesso em: 22 maio 2016.
 - 8 Disponível em: <http://editora3.com.br/istoe.php>. Acesso em: 22 maio 2016.
 - 9 Manifestações das mulheres ocorreram em várias cidades brasileiras no período de 28 de outubro a 3 de novembro de 2015. Entretanto, o texto tem como gancho o protesto da avenida Paulista e, na legenda de uma das fotos que ilustram a matéria, faz menção ao movimento em outras cidades.
 - 10 A matéria elenca manifestações históricas, como “Suffragettes no Reino Unido”, em 1903, e as “Sufragistas brasileiras”, em 1922, que lutavam pelo direito ao voto feminino. O infográfico também elenca o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, que desconstrói a ideia de identidade de gênero e influenciou movimentos americanos e europeus nas décadas de 1960 e 1970; as manifestações das brasileiras que aderiram à luta armada contra a ditadura militar; e o Conselho Nacional dos direitos das Mulheres, militância para incluir os direitos das mulheres na Constituição de 1988.
 - 11 A revista *Época* utiliza o termo “Primavera das Mulheres”, como foi caracterizado o movimento, na capa e em sua reportagem principal. Já a matéria da revista *IstoÉ* não faz menção a essa nomenclatura.

REFERÊNCIAS

- Ávila, M. B. (1993). Direitos reprodutivos: um breve relato de uma longa história. *Revista Mulher e Saúde*. Maceió: Edufal, pp. 13-18.
- Brandalise, C. & Perez, F. (2015). O grito das mulheres. *Revista IstoÉ*. São Paulo, n. 2.397, ano 38, pp. 40-45.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Caruso, M. (2015). Meu primeiro assédio. *Revista Época*. São Paulo, n. 909, pp. 78-79.
- Colling, L. (2002). A economia no Jornal Nacional nas eleições de 1998. *Revista Diálogos Possíveis*, v. 1 (0), pp. 113-132.
- Diniz, D. & Damasceno, A. P. (2001). Mulheres, mídia e aborto. *Série Anis 20*. Brasília: Letras Livres, pp. 1-8. Recuperado de <http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/sa20dinizdamascenomidiaabortopdf.pdf>.
- Diniz, D. & Medeiros, M. (2010). Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência e Saúde Coletiva*, n. 15 (1), pp. 959-966. Recuperado de <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/pesquisa-nacional-de-aborto-2016/15912?id=15912>.
- Falcão, D. (2015). As poderosas chefinhas. *Revista Época*. São Paulo, n. 909, pp. 74-75.
- Foucault, M. (2003). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2009). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.
- Garcia, S. (2015). O feminismo está na moda. Virou pop. *Revista Época*. São Paulo, n. 909, pp. 80-82.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching*. Berkeley: University of California Press.
- Goffman, E. (1986). *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: University of California Press.
- Gradim, A. (2016). *Framing, o enquadramento das notícias*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Grillo, C., Oliveira, G. & Buscato, M. (2015). A Primavera das Mulheres: as mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país. *Revista Época*. São Paulo, n. 909, pp. 66-73.

Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Herscovitz, H. G. (2010). Análise de conteúdo em jornalismo. In M. Benetti, C. Lago (Orgs.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, pp. 123 – 142

Lima, J. (2015). As mulheres contra o que é cruel e desumano. *Revista Época*. São Paulo, n. 909, p. 20.

Porto, M. (2004). Agendamento da política. In Rubim, A. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, pp. 73-104.

El País (2015). *Primavera feminista no Brasil*. Recuperado de http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html.

Segatto, C. (2015). O triunfo da informação – ainda que tardia. *Revista Época*. São Paulo, n. 909, pp. 76-77.

Veloso, A.; Rebouças, E. (2011). As políticas e estratégias do feminismo brasileiro junto aos meios de comunicação no Brasil em tempos de Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM). *Revista de Estudos para el Desarrollo Social de La Comunicación* – Redes.Com, n. 6. Recuperado de <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/178/177>.

Vieira, V. (2007). Os impactos das mídias antigas e novas. In D. Plou, V. Vieira, *Mulher e tecnologias: a virtualidade como espaço transformador das relações de gênero* (pp. 37-42). São Paulo: Rede Mulher de Educação.

Vieira, V. (2012). *Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Volanin, L. (2007). Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. In *O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*, v.1. Recuperado de http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_unicentro_hist_artigo_leopoldo_volanin.pdf

Lais Cristine Ferreira Cardoso é jornalista, especialista em Direitos Humanos e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Possui pesquisas nas áreas de comunicação e gênero, movimentos sociais e processos sociopolíticos. Atua como servidora na UFPE. E-mail: lais.ferreiraa@gmail.com. Concepção, planejamento, coleta, análise e interpretação de dados, conteúdo intelectual e científico, redação e revisão crítica do artigo.

Heitor Costa Lima da Rocha é jornalista, doutor em comunicação e Professor Adjunto do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, integrando o grupo de pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade e atuando principalmente nos seguintes temas: teoria do jornalismo; comunicação; ciência política; mudança social e ideologia. E-mail: hclrocha@gmail.com. Redação, conteúdo intelectual e revisão crítica do artigo.

Nataly de Queiroz Lima é jornalista, especialista em Ciência Política e doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Possui pesquisas nas áreas de jornalismo, redes sociais, movimentos sociais, comunicação e processos sociopolíticos. Atua como professora das Faculdades Integradas Barros Melo e da Uninassau/Recife. E-mail: queiroz.nataly@gmail.com. Concepção, planejamento, coleta e interpretação de dados, conteúdo intelectual e científico, redação e revisão crítica do artigo.

RECEBIDO EM: 01/11/2017 | ACEITO EM: 14/02/2018